



e-cadernos ces

29 | 2018

Portugal: um retrato ainda singular? 40 anos volvidos

Introdução

Maria José Canelo, Filipe Santos, Mauro Serapioni, Olga Solovova, Paulo Peixoto, Sílvia Rodríguez Maeso, Teresa Maneca Lima e Vítor Neves



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/3018>

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Referência eletrónica

Maria José Canelo, Filipe Santos, Mauro Serapioni, Olga Solovova, Paulo Peixoto, Sílvia Rodríguez Maeso, Teresa Maneca Lima e Vítor Neves, « Introdução », *e-cadernos ces* [Online], 29 | 2018, colocado online no dia 15 junho 2018, consultado a 09 novembro 2018. URL : <http://journals.openedition.org/eces/3018>



Introdução

Nos 40 anos de vida do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, a e-cadernos CES propôs-se celebrar o acontecimento através de uma revisitação do volume que resultou do primeiro grande projeto coletivo de pesquisa do Centro, “O Estado, a economia e a reprodução social na semiperiferia do sistema mundial: o caso português”. Orientava este estudo a preocupação em desenvolver e aplicar à sociedade portuguesa categorias críticas adequadas àquilo que era entendido como as suas especificidades. A partir da teoria wallersteiniana do sistema-mundo e do conceito de semiperiferia, os investigadores e investigadoras do CES propunham-se demonstrar que a sociedade portuguesa se caracterizava por formas de desenvolvimento intermédias, que combinavam aspetos centrais e periféricos. O volume Portugal: um retrato singular, dado à estampa em 1993, deu forma ao projeto e tomámo-lo como marco de referência. Por um lado, porque foi o primeiro momento de definição da instituição, através do qual o CES manifestava uma identidade coletiva e linhas de investigação próprias; por outro lado, porque essa análise deixou um lastro teórico que continuou a gerar e a dar consistência a estudos posteriores.

Mesmo parecendo implausível que, quatro décadas mais tarde, a investigação do CES se tivesse cristalizado nas conclusões desse primeiro estudo coletivo, motivou-nos procurar a pertinência atual do conceito de semiperiferia no contexto da sociedade portuguesa. Assim, procurámos desafiar os autores e as autoras deste volume a identificar as dimensões analíticas nas quais esse referencial teórico ainda é produtivo, as razões para a resistência da sua utilização ou para o seu desuso, ou eventuais alterações ao conceito original. Esse desafio resultou nos artigos aqui reunidos, que ora dialogam diretamente com as conclusões de Portugal: um retrato singular,¹ ora testam o conceito da semiperiferia em áreas de estudo que não estavam representadas no projeto original, ora evidenciam a sua exaustão e a emergência, no panorama da

¹ Boaventura de Sousa Santos (org.) (1993), Portugal: um retrato singular. Porto: Edições Afrontamento.

investigação do CES, de áreas e de conceitos imprevisíveis no início da década de 90, mas que acabam por ser também parte da herança do trabalho lançado por aquele projeto.

A noção do caminho percorrido desde 1993, neste caso, levou-nos a pensar estas reflexões como trabalho de equipa, em grupos que reunissem os autores e autoras do estudo original e investigadores e investigadoras com presença mais recente no CES, de modo a combinar experiências e sensibilidades críticas, nas mesmas áreas de trabalho mas captando o seu desenvolvimento. Embora nem todos os contributos tenham acabado por tomar essa configuração, o mais importante é a homenagem e, nesse sentido, esperamos que os artigos aqui reunidos demonstrem o empenho dos investigadores e das investigadoras do CES e a pujança e diversidade crítica que marcam o trabalho aqui desenvolvido, 40 anos após a fundação do Centro.

Começamos com um texto em jeito de moldura, por assim dizer: uma entrevista de Miguel Cardina a António Sousa Ribeiro, que pretendemos que seja um contributo importante para a história oral da casa. É um texto que passa em revista os anos de formação do CES, lança um olhar crítico acerca dos desafios do seu presente e também avança perspetivas sobre o futuro. Talvez sobre os próximos quarenta anos?

Segue-se um artigo que, embora de natureza científica, também tem um forte cunho pessoal: Carlos Fortuna compara e combina a caminhada pelo espaço da cidade com o seu percurso pelo CES. Na companhia das ideias de Georg Simmel e Henri Lefebvre, o investigador começa por sugerir que a sua ‘caminhada’ pela investigação no CES remete para a ideia do deambular e da deriva pela cidade, uma experiência que determina, na proximidade do espaço físico, com-vivências inesperadas. A sua proposta é de que se recupere a importância do olhar etnográfico, mas no sentido de “envolv[er] uma relação subjetiva do/a caminhante com o ambiente urbano construído e o que este representa”, uma abordagem que devolva aos espaços públicos e às pessoas a morfologia social e cultural que os marca especificamente. Fortuna insurge-se contra as leituras hegemónicas ocidentais que tendem a homogeneizar a cidade na fórmula do global urbano, tomando Lisboa como caso que resiste efetivamente a essa leitura. O autor defende que se deve “construir uma biografia sociopolítica dos lugares, das ruas e praças da cidade, conferindo-lhes maior relevância socio-histórica, cultural e cidadã”.

Passamos aos textos que se popõem dialogar de perto com o livro de 1993: o artigo de Ana Cordeiro Santos e José Reis revisita o capítulo “Portugal: a heterogeneidade de uma economia semiperiférica”, da autoria de José Reis, que descrevia a condição semiperiférica da economia portuguesa, dando especial relevo à heterogeneidade dos seus modos de regulação, às discrepâncias entre formas de organização da economia e da sociedade e aos desequilíbrios e dependências persistentes que daí resultavam.

Relendo agora a economia portuguesa à luz de marcos como o fim do império, a integração europeia e a participação na União Económica e Monetária, que reconfiguraram a relação de Portugal com o centro e como centro, os autores argumentam que fará mais sentido hoje entender o caso português em termos de “uma economia periférica europeia” e já não uma “semiperiferia no sistema mundial”.

Lina Coelho e Virgínia Ferreira tomam como ponto de referência o artigo de Virgínia Ferreira, “Padrões de segregação das mulheres no emprego – Uma análise do caso português no quadro europeu”, visando uma atualização desse estudo à luz das últimas décadas. Contrariamente às expectativas apresentadas em Portugal: um retrato singular, fundamentadas na articulação de traços estruturais com o feminismo difuso que se ia manifestando após a integração na então chamada CEE, a análise atual revela que a polarização do emprego em função do sexo se intensificou, embora tenda a abrandar nas profissões mais feminizadas e a estagnar, nas menos feminizadas. O caso do desenvolvimento da chamada economia do cuidado, claramente feminizada, permite entender melhor este fenómeno, os seus pressupostos e as suas implicações sociais e culturais.

No artigo “Literatura e emigração: poetas emigrantes nos estados de Massachusetts e Rhode Island”, em Portugal: um retrato singular, Graça Capinha demonstrara como a língua e a cultura portuguesas, efetivamente periféricas no sistema-mundo, eram usadas pelos poetas imigrantes nos Estados Unidos como formas de resistência e afirmação de uma identidade que, para eles, era central, assim criando um espaço identitário intermédio que a autora articulava através da noção de semiperiferia. As releituras de Clara Keating, Elsa Lechner, Olga Solovova e da autora original, retomam a análise dos espaços multilingues de expressão portuguesa a partir da etnografia, de abordagens biográficas e do estudo das políticas linguísticas, no contexto da imigração portuguesa nos Estados Unidos, por um lado, e da emigração pós-soviética, em Portugal, por outro. Entre outras conclusões, as investigadoras salientam que, apesar dos desenvolvimentos tecnológicos e mudanças migratórias das décadas recentes, continua a ser marcante a consciência política da língua e a capacidade emancipatória da escrita. No entanto, estas mudanças devem ser perspetivadas também em relação às políticas linguísticas do Estado português, para uma análise mais complexa das relações de poder e da imaginação do poder; nestes novos cenários, Portugal afirma-se como um país ao mesmo tempo semiperiférico e central.

Os artigos de Pedro Góis e José Carlos Marques, e também o de Carlos Nolasco e Joana Sousa Ribeiro – como, aliás, já o artigo anterior – retomam propostas teóricas de outra investigadora do CES, Maria Ioannis Baganha, acerca das migrações de, e para, Portugal. No primeiro, Góis e Marques ocupam-se das mudanças na paisagem

migratória em Portugal, com ênfase naquela que foi a maior dessas alterações, a simultaneidade entre fluxos emigratórios e imigratórios, tomando a interdependência entre ambos como uma característica específica da sociedade portuguesa. Os autores salientam tanto o papel das redes migratórias entre os diferentes pontos de origem e de destino dos fluxos migratórios, como o papel que as fronteiras têm na definição do tipo de relações que se estabelecem entre eles.

O estudo de Nolasco e Ribeiro analisa dois exemplos de fluxos migratórios específicos, constituídos por profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) e desportistas (jogadores de futebol profissional). A partir das dinâmicas recentes destes padrões migratórios, os investigadores promovem uma reflexão à luz da proposta teórica de Maria Ioannis Baganha na qual Portugal assumia a função de “placa giratória” de fluxos migratórios, assinalando o pendor da continuidade semiperiférica de Portugal e a complementaridade direcional dos fluxos. Ainda que modelado por algumas circunstâncias e dinâmicas da globalização, o caso de Portugal, concluem os autores, permanece marcado pela singularidade da sua condição semiperiférica.

No estudo original, Boaventura de Sousa Santos previa que, no futuro, Portugal viria a desempenhar uma posição central relativamente às suas ex-colónias, mas este era ainda um tema ausente em Portugal: um retrato singular, da mesma forma que eram ainda tímidas as análises da Revolução de Abril, à época. Os textos de Teresa Cravo, Paula Duarte Lopes e Sílvia Roque, por um lado, e o de Maria Manuela Cruzeiro, por outro, evidenciam como estas foram áreas que vieram a florescer, na investigação do CES. Em “Portugal e a promoção da paz: uma análise crítica de percursos pós-coloniais”, as autoras lançam uma perspetiva crítica pós-colonial sobre o papel de Portugal como promotor internacional da paz, nos espaços de duas das suas ex-colónias que experienciaram processos longos e complexos de conflito, violência e intervenção internacional, nomeadamente a Guiné-Bissau e Timor-Leste. As investigadoras demonstram que a forma como Portugal tem atuado num contexto de intervencionismo global “não deve ser entendida como uma mera continuação colonial”, salientando antes a complexidade da “colonialidade do internacional” e avançando críticas às formas híbridas destes tipos de intervencionismo.

Maria Manuela Cruzeiro analisa a Revolução de Abril através da lente da memória e lembra-nos que o que aprendemos acerca desse acontecimento tende a ser a Revolução narrada e não a Revolução vivida. Para recuperar a experiência vivida da história há ainda que perder as reservas perante uma subjetividade que deve ser entendida como componente da experiência do passado e, deste modo, o testemunho virá suplementar o arquivo. Só assim se poderá recuperar a dimensão de violência inerente às conquistas políticas, sociais e culturais da época – ou, como diz Cruzeiro,

“o código genético da democracia de Abril”. Esse encontro depende, porém, de um devido reconhecimento do estatuto científico-acadêmico e da legitimidade epistemológica da História Oral. Os testemunhos diretos permitir-nos-ão aceder, um dia, à significação da Revolução de Abril, que, por agora, continua ausente da memória coletiva.

Se Portugal: um retrato singular foi publicado poucos anos depois da adesão de Portugal ao que é hoje a União Europeia, o artigo de Dora Fonseca e Elísio Estanque analisa um momento recente que foi particularmente condicionado por essa pertença, a saber, as políticas de austeridade impostas pelo memorando de entendimento da Troika, em 2011. Os autores notam que o aumento da precariedade laboral e a desvalorização dos salários – além do desemprego elevado (sobretudo entre os jovens) – acabaram por intensificar as lutas reivindicativas e as ações coletivas, impulsionadas pela oposição comum às políticas da Troika, o que facilitou a construção de alianças entre diversos atores sociais, alguns com características organizativas e ideológicas claramente diferentes. No final deste estudo, lança-se um olhar sobre os aspetos que poderiam potenciar ainda mais a relação de cooperação e articulação entre organizações sindicais e movimentos sociais conduzidos por objetivos e reivindicações semelhantes.

A sociologia do direito em Portugal é objeto de um mapeamento aprofundado, no artigo de Patrícia Branco, Paula Casaleiro e João Pedroso, que incide sobre os percursos e dinâmicas da sua progressiva institucionalização enquanto campo disciplinar, tendo em conta as principais dimensões teóricas e empíricas. Para tal, Branco, Casaleiro e Pedroso detalham as grandes áreas temáticas que vêm sendo estudadas, nas últimas décadas, em função do financiamento de projetos na área da Sociologia do Direito. A presente análise caracteriza as linhas de estudo predominantes e os centros de investigação que têm desempenhado papéis relevantes na dinamização e consolidação da Sociologia do Direito, mas o objetivo último desta reflexão é assinalar a urgência de uma nova epistemologia que permita desafiar e ultrapassar exclusões.

A fechar, dois testemunhos, de uma investigadora e de um investigador cujos trajetos individuais acompanharam o percurso do CES, em alturas diferentes. Para voltar ao tema inicial, Ana Cristina Santos e Hermes Augusto Costa dão-nos um retrato mais próximo da comunidade do CES, porque quem faz o CES também são as pessoas, como lembra o segundo e, seguramente, o que mais recordamos é o que mais significa. Estes olhares revelam, para lá da formação académica e dos percursos de maturação intelectual e crítica, “um lugar de afetos”, no dizer de Ana Cristina Santos, no qual o “espírito de grupo” se destaca, diz-nos Hermes Augusto Costa.

Gostávamos de encerrar este número comemorativo com votos de muitos anos de vida, acompanhados de renovados desafios. Mas, mais ainda, que, nas muitas voltas que a investigação dá, o percurso futuro do CES seja marcado pelo aprofundar das suas mais singulares marcas de identidade, ou diversidade: que o CES nunca perca a capacidade de cultivar o desassossego, o inconformismo, a irreverência e a capacidade de renovação, como diz o texto de abertura. Da nossa parte, comprometemo-nos a acompanhá-lo e, seguindo a sugestão de um dos nossos autores, continuaremos a caminhada pelo CES e com o CES, na expectativa de com-vivências inesperadas e estimuladoras.

Parabéns, CES!

O Conselho de Redação

Maria José Canelo
Filipe Santos
Mauro Serapioni
Olga Solovova
Paulo Peixoto
Silvia Rodríguez Maeso
Teresa Maneca Lima
Vítor Neves